

## Editorial

O reconhecimento da “crise ambiental” dá-se no final da década de 60 e início dos anos 70 e, desde então, diferentes segmentos sociais buscam compreender e propor mecanismos diversificados de intervenção para reverter esse processo. Tais tentativas têm se constituído desde tarefas mais objetivas, como a identificação e o mapeamento das diferentes situações de degradação ambiental, até o desenvolvimento de exercícios mais ousados de busca de modelos explicativos que nos permitam compreender as raízes dos atuais paradigmas de desenvolvimento político e social que modelam a relação de diferentes culturas da sociedade com os outros elementos da natureza.

Paralelamente a esses exercícios de explicitação, compreensão e construção de significados de aspectos relacionados com a questão ambiental seguem as tentativas de empreendimento de políticas ambientais locais e globais que possam fazer frente às tendências de destruição e de degradação do mundo no seu sentido mais amplo.

Por um lado, é interessante observar que, muitas vezes, nos deparamos com o que poderíamos chamar de *consenso aparente* em termos de certa concordância dos diferentes segmentos da sociedade civil sobre a gravidade do quadro atual e a necessidade de medidas que possam, em alguns casos, deter o processo e, em outros, até revertê-lo. É com base na constatação dessa *aparente concordância* que alguns autores entendem ser a questão ambiental *um problema que é objeto de um consenso tão espetacular quanto ambíguo*.

Por outro lado, são essas diferentes tentativas, típicas de empreendimentos caracteristicamente humanos, que nos colocam diante de posicionamentos político-ideológicos relativos às diferentes dimensões da temática ambiental, que acabam, invariavelmente, por explicitar conflitos inconciliáveis, advindos das buscas ingênuas de consenso entre vários grupos sociais. Dessa forma, questões importantes, que ultrapassam os aspectos meramente técnicos do debate ambiental, precisam ser consideradas nas discussões que têm sido travadas, possibilitando com isso identificar suas contradições.

Nesse sentido, parece de fundamental importância a análise cuidadosa das questões ambientais, procurando compreender as implicações reais do discurso ambientalista presente nos diferentes segmentos da sociedade e buscando evitar interpretações ingênuas e modismos, muitas vezes presentes nos discursos científicos e do senso comum.

Cada vez mais a expectativa em relação à superação dos problemas ambientais está apoiada na educação escolar e não escolar. Assim, a educação ambiental passa a ser considerada como um eixo transversal por meio do qual o educador propicia as condições necessárias para que o educando venha a construir uma perspectiva sistêmica em relação ao ambiente natural, social e construído, ampliando sua capacidade de compreender as inter-relações dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, éticos e ecológicos envolvidos na relação sociedade-natureza e, ao mesmo tempo, tornando-o apto a propiciar e

propor soluções aos problemas ambientais locais. No entanto, a contribuição do processo educativo para as mudanças almejadas é muitas vezes tão supervalorizada que leva facilmente à idealização ou à mistificação. Devido à força e ao papel atribuído ao trabalho educativo em relação às questões ambientais, é muito comum encontrarmos certas posições ou argumentos carregados do que alguns autores definem como *ilusão pedagógica*, *otimismo pedagógico* ou ainda *entusiasmo pela educação*.

Em decorrência da crescente degradação ambiental, acompanhada da ineficiência das políticas ambientais e dos resultados pouco satisfatórios no campo da educação, há uma demanda por processos de investigação que dêem respostas ou levantem questões sobre os múltiplos e complexos fatos relacionados à temática ambiental. Como reflexo, vemos um crescimento do número de programas de pós-graduação que abrem linhas de pesquisa nessa área e, ainda, algumas organizações não governamentais que incluem em seus projetos de atuação uma perspectiva investigativa sobre temas ambientais.

Um dos indicadores utilizados por Lucie Sauvé da Université du Québec à Montreal – Canadá, que reflete a constituição de um campo de pesquisa em educação ambiental é o número de periódicos que vêm surgindo dedicados ao tema, entre eles o *The Journal of Environmental Education* (EUA), um dos mais antigos; *Environmental Education and Communication*; *The International Journal of Environmental Education and Research*; *Environmental Education Research* (Inglaterra); *The Canadian Journal of EE*; *The Australian Journal of EE*; entre vários outros. Em relação à América Latina temos um número reduzido de veículos específicos de divulgação das pesquisas em EA. Segundo Jose Gutiérrez da Universidad de Granada – Espanha, não existe periódico da área de pesquisa em Educação Ambiental em língua portuguesa e espanhola, embora, nesta última, contemos desde 1999 com a revista *Tópicos en EA*, editada por pesquisadores mexicanos.

Finalmente, encontra-se hoje no país uma crescente produção científica na área de EA, já bastante significativa e com certa especificidade a ponto de viabilizar a criação de um grupo de trabalho (GT) de educação ambiental junto à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd. Na mesma direção, a realização de Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental, ocorridos bienalmente, por três instituições de ensino superior, a saber: Universidade Estadual Paulista – *campus* Rio Claro (2001), Universidade Federal de São Carlos (2003) e Universidade de São Paulo – *campus* Ribeirão Preto (2005), no marco de suas relevâncias científica e social, vem trazendo contribuições fundamentais para a consolidação dessa área de pesquisa no Brasil. Assim, o objetivo deste periódico é contribuir para a socialização da divulgação de resultados de pesquisas oriundas dos setores envolvidos com a investigação científica no campo da educação ambiental no país e no exterior, abrindo portas para um debate plural e ao mesmo tempo específico.